

Dia Livre de Impostos joga luz sobre a reforma tributária

HUGO LEITE — Coordenador da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovens do DF (CDL Jovem DF)
WAGNER DA SILVEIRA — Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do DF (CDL-DF)

A reforma tributária aprovada no fim do ano passado, cuja regulamentação começa a tramitar no Congresso Nacional, é, sem nenhuma dúvida, um avanço importante para quem quer empreender no Brasil. A simplificação tributária vai reduzir o tempo e os recursos que empresários precisam dispor para poder cumprir de maneira eficiente com suas obrigações fiscais, mas é indispensável que a regulamentação não traga nenhum aumento de tributo e respeite os momentos de desenvolvimento e tamanho das empresas.

O texto aprovado em novembro de 2023 aponta para a simplificação do sistema tributário, com unificação dos impostos federais PIS, Cofins e IPI no CBS e a unificação do imposto estadual ICM^S e do municipal ISS no IBS. Essa mudança põe fim à cumulatividade, reduzindo a carga tributária para produtos que têm várias etapas de produção.

O fim da cumulatividade de impostos é excelente, mas pode colocar as micro, pequenas, médias empresas e os microempreendedores individuais, que são a maioria entre os varejistas, em situação concorrencial desfavorável às empresas que apuram pelo lucro real ou lucro presumido. Uma vez que o setor do varejo e a economia como um todo ainda se recuperam da crise provocada pela covid-19, o tema é sensível, especialmente se lembrarmos que cerca de 80% dos empregos do Brasil são gerados por micro e pequenas empresas.

A reforma tributária trouxe a possibilidade de as empresas enquadradas no Simples Nacional, ou seja, as que têm faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, e os microempreendedores individuais (MEIs), com faturamento anual de até R\$ 81 mil, continuarem no enquadramento que já existe. Isso porque o Simples Nacional e o MEI já contam com a simplificação tributária, que retine diversos impostos no Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Porém, ao optar por permanecer no Simples Nacional, a empresa deixa de se valer do benefício da não cumulatividade trazida pela unificação do IBS e CBS. Assim, pode ser que a empresa de Lucro Líquido ou Lucro Presumido opte por comprar de empresas que estão no sistema geral para poder obter créditos tributários. É verdade que esse descompasso acontece mais nas transações entre empresas, ou b2b, que para



empresas que vendem para o consumidor final, que são a maior parte dos varejistas.

A regulamentação apresentada em abril pelo governo federal ao Congresso Nacional trouxe a possibilidade de a empresa se manter no Simples ou MEI e se valer do sistema IBS e CBS para fins de cumulatividade tributária. Ocorre que é preciso avaliar se a taxação compensa o benefício da cumulatividade. Hoje, os tributos do Simples Nacional variam entre 4% (para quem fatura até R\$ 180 mil/ano) e 19% (para quem fatura entre R\$ 3,6 milhões e R\$ 4,8 milhões). Ainda não é possível afirmar qual será a alíquota do IBS e CBS, mas estudos apontam em cerca de 26,5%. Portanto, um aumento significativo da carga tributária.

Ainda sobre a carga tributária, a insegurança sobre o aumento de impostos é um tema que preocupa os empresários em geral, e nós, varejistas, especificamente. Sabemos que algumas áreas do setor de serviços passarão a ser taxadas. Em uma carga tributária de 25%, que é menor do que a prevista, algumas áreas do setor de saúde, por exemplo, pagarão três vezes mais impostos do que pagam hoje. A carga tributária brasileira

tem uma das maiores participações no Produto Interno Bruto (PIB) entre todos os países do mundo. Em 2023, ficou em 32,44% do PIB. Nos Estados Unidos, a participação dos impostos é de 25,8%.

É nesse contexto que o Dia Livre de Impostos (DLI) deste ano propõe uma discussão com a sociedade sobre a regulamentação da Reforma Tributária. O DLI é uma iniciativa da Câmara Nacional de Dirigentes Lojistas Jovens (CNDL Jovem), que busca conscientizar a população brasileira sobre o impacto dos impostos no preço dos produtos. Ele ocorre sempre entre maio e junho, a depender do ano, porque é realizado assim que finaliza a quantidade de dias trabalhados para pagar impostos. Este ano, será no próximo dia 6. Sim, de 1º de janeiro a 5 de junho, trabalhamos apenas para pagar impostos no Brasil.

Aqui no Distrito Federal, a Câmara de Dirigentes Lojistas Jovens (CDL Jovem DF) e a CNDL Jovem promovem diversas ações com vistas a dar ao consumidor e contribuinte a dimensão da excessiva carga tributária brasileira em produtos específicos, demonstrando financeiramente e fisicamente quanto cada produto paga de imposto.

Mas vai além. A iniciativa também relaciona a qualidade dos serviços públicos prestados à carga tributária paga. Essa é uma relação que não podemos esquecer. Pagamos impostos para que os entes federados realizem serviços públicos para toda a sociedade. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que, para 90% dos brasileiros, os serviços públicos precisam melhorar.

A excessiva carga tributária inibe o investimento, reduz a capacidade de contratação e inviabiliza, todos os anos, inúmeros novos negócios. A má qualidade dos serviços públicos também afeta os negócios que dependem de segurança para o bom funcionamento dos seus espaços físicos e virtuais — 80% dos brasileiros dizem já ter sido vítimas de algum tipo de golpe cibernético —, do transporte público para que haja público e mão de obra acessível, entre outros serviços.

Assim, a CDL Jovem do DF e a CDL DF convidam toda a população do Distrito Federal a participar do Dia Livre de Impostos deste ano e a refletir sobre qual a regulamentação da reforma tributária que queremos. A CNDL já tem a sua proposta, disponível em cdljovemdf.com.br.

Brasil pode liderar a economia verde, mas precisa combater o desmatamento

MARCONI PERILLO — Presidente nacional do PSDB, foi governador de Goiás por quatro mandatos e senador da República

O Relatório Anual de Desmatamento da rede MapBiomias apontou que, em 2023, o Cerrado passou a ser o bioma mais desmatado no Brasil. É o quinto ano consecutivo em que o estudo é realizado e, pela primeira vez, a Amazônia não lidera o ranking.

O Brasil precisa de uma política robusta para combater os efeitos das mudanças climáticas, e o desmatamento é um dos fatores mais importantes nesse aspecto. O que temos visto é, muitas vezes, um retrocesso, como em Goiás, onde o governo do estado implantou processos e mudanças legislativas que facilitaram — para não dizer, estimularam — o desmatamento do Cerrado.

De acordo com o MapBiomias, o Cerrado teve alta de 67,7% em seu desmatamento, chegando a 1,1 milhão de hectares, quase sete vezes a área da cidade de São Paulo. O Cerrado se estende do Maranhão ao Mato Grosso do Sul e parte de Minas Gerais, passando por Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Bahia e outros estados do Nordeste.

Já o Pampa, que ocupa mais da metade do território do Rio Grande do Sul, teve 49,5% de queda em seu desmatamento. Na Amazônia, a queda foi de 62,2%.

O deslocamento do foco principal do desmatamento no Brasil é uma má notícia. Mesmo tendo perdido a liderança do ranking, a Amazônia, nosso maior bioma, continua sendo devastada. E nas áreas remanescentes de Cerrado, onde deveríamos esperar um esforço maior de preservação, estamos vendo exatamente o contrário.

Volto ao exemplo de Goiás. No ano passado,

o estado perdeu 651 quilômetros quadrados de vegetação nativa, alta de 125% em relação ao ano anterior. Isso equivale a praticamente toda a cidade de Goiânia, que tem 729 quilômetros quadrados de área. E o que fez o governo estadual? Mudou leis para diminuir a proteção do Cerrado, facilitando ainda mais a devastação.

Reflorestar é um caminho bastante viável — e necessário — para a questão da compensação das emissões de carbono. Mas é fundamental lembrar que a preservação da floresta nativa é fundamental para muitas indústrias e setores econômicos, como a farmacêutica e a de frutas nativas, por exemplo.

A responsabilidade pela preservação ambiental é dos governos estaduais e também do governo federal, que lançou em novembro um plano de combate ao desmatamento no Cerrado com resultado zero até o momento.

O Brasil pode liderar a economia de baixo carbono no mundo. Para isso, é preciso ir além do ativismo característico dos governos de extremos que comandaram o país nos últimos anos. Precisamos evitar que “a boiada passe” ao mesmo tempo em que fugimos da política de lacração sem ação.

O agro, tão agredido por um dos extremos, tem grandes exemplos de manejo sustentável. O Brasil tem terras suficientes para produzir sem derrubar uma única árvore nativa. E temos excelentes centros de pesquisa que constantemente trazem soluções para uma maior

produtividade sem agredir ao ambiente.

O descaso dos governos com a preservação dos biomas traz consequências gravíssimas. Uma delas é econômica. O agro brasileiro conta com a preservação para evitar restrições ou sobretaxas aos nossos produtos no exterior. Outra consequência é ambiental, e a tragédia no Rio Grande do Sul está nos mostrando como a natureza reage às mudanças climáticas causadas pela falta de preservação.

Há soluções possíveis, já testadas e com eficácia comprovada. O Cerrado, assim como a Amazônia, tem um enorme potencial turístico praticamente inexplorado e carente de projetos. A utilização de créditos de carbono é outro vetor pouco ou nada utilizado.

Estímulos governamentais para manter a floresta em pé, por exemplo, mesmo que o Código Florestal permita o desmatamento de até 80% em áreas particulares, é uma medida simples, de baixo custo e alto impacto, com recursos disponíveis, por exemplo, pelo Fundo do Clima, formado com recursos dos royalties do petróleo.

Mas nem isso a burocracia federal permite. Há na fila do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) empresas aguardando a liberação de recursos para a compra de áreas para reflorestamento, mas o nível de exigência é tão grande e tão desconexo que os recursos nunca são liberados. Com tecnologia, inovação, coragem, vontade e competência, o Brasil pode se tornar a maior economia verde do planeta.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Espírito da liberdade

Pouca gente neste mundo soube tão bem e de maneira mordaz definir o que é democracia. Millôr, o guru do Méier, dizia: “Democracia é quando eu mando em você, ditadura é quando você manda em mim.” Chistes à parte, democracia é coisa séria. Não fosse, não estaria na agenda da história da civilização humana por tantos séculos.

Desde o século 5 a.C., esse modelo de governança em que os cidadãos opinam livremente sobre os destinos do Estado foi sendo desenvolvido e aprimorado na Grécia. O fato é que, até aos dias de hoje, não foi possível ao intelecto humano criar um outro modelo alternativo tão eficaz e duradouro como a velha e boa democracia ateniense.

Sem a participação voluntária da nação, os Estados não passam de padrões autoritários ou coisa do gênero, decidindo e impondo deveres, infelicitando o povo ao mesmo tempo em que cuidam de reproduzir o inferno na Terra. Cientistas políticos, que vêm pensando e discutindo democracia ao longo do tempo, sabem que a evolução nas relações sociais impõe mudanças também na maneira como entendemos e praticamos a democracia.

O que pode assustar os menos avisados é a notícia de que, assim como as cidades, também a democracia pode, eventualmente, vir a morrer, de falência múltipla dos órgãos. Na obra intitulada *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, publicada em 2018, os autores deixam claro que não são apenas os golpes de Estado que tiram a vida das democracias. Também em nosso mundo contemporâneo temos assistido ao falecimento de muitas democracias de forma gradual e sutil, quando esse sistema passa a ser atacado por dentro, como uma doença progressiva, minando e decretando lentamente a falência dos princípios democráticos um a um.

São diversas as maneiras que podem debilitar a democracia, segundo os autores. Quer pelo desrespeito às normas democráticas: quando o declínio democrático começa com a erosão das normas políticas, como a rejeição ao respeito mútuo e a negação da legitimidade do oponente político; ou quando a erosão das instituições políticas provoca o enfraquecimento democrático, envolvendo diretamente a deterioração das instituições políticas, que são fundamentais para o funcionamento saudável de uma democracia.

Também pode ocorrer pela polarização extrema visando minar a capacidade de encontrar soluções consensuais e compromissos. Ou mesmo quando passa a existir a rejeição à diversidade e ao pluralismo. Ou seja, quando os próprios líderes políticos rejeitam a diversidade e o pluralismo, levando ao enfraquecimento dos valores democráticos. Há ainda a chamada manipulação da mídia: quer com a disseminação de informações falsas para corroer a confiança nas instituições democráticas, quer para enfraquecer a oposição.

Nessa obra que causou grande alvoroço no meio político, os pensadores também destacam a importância de atores-chave na preservação da democracia, como partidos políticos responsáveis, elites políticas comprometidas e uma imprensa livre e imparcial. A falta de quaisquer desses elementos pode abrir caminho para líderes populistas autoritários minarem os mecanismos de freios e contrapesos, levando a democracia à falência.

Não são poucas as democracias no mundo Ocidental que estão, neste momento, experimentando um ou mais desses venenos fatais, carecendo de socorro imediato para salvarem-se da morte. Uma das grandes ironias de como as democracias morrem, dizem os autores, é que a própria defesa da democracia é muitas vezes usada como pretexto para a sua subversão.

Aspirantes a autocracias costumam usar crises econômicas, desastres naturais e, sobretudo, ameaças à segurança — guerras, insurreições armadas ou ataques terroristas — para justificar medidas antidemocráticas. Nestes últimos anos, passou a ser comum ouvirmos, com certa insistência, a adoção de medidas restritivas ao livre pensar e criticar, todos eles erigidos sob o pretexto de defesa do Estado Democrático de Direito. Em nome dessa entidade, todo o poder do Estado passa a ser legítimo, mesmo que isso custe o que de mais caro exista nas relações entre o cidadão e o Estado, que é a garantia da liberdade.

O mais penoso é saber que a democracia pode, segundo Levitsky, morrer nos braços de líderes eleitos ou sob o alvitre daqueles que têm como missão salvaguardar a Constituição. O fato é que a erosão da democracia, para a grande maioria, pode acontecer de maneira quase imperceptível. Quando despertados do sono, muitos cidadãos podem se dar conta de que já estão no abismo e sob o comando das trevas. “Os cidadãos muitas vezes demoram a compreender que sua democracia está sendo desmantelada — mesmo que isso esteja acontecendo bem debaixo do seu nariz.”

» História de Brasília

No Supermercado UV-1 o uísque nacional custa Cr\$ 1.320,00. No UV-2, o mesmo uísque custa Cr\$ 1.032,00. Para que não haja engano, o UV-2 é quem está com a razão. (Publicada em 10/4/1962)